

Revista ECONOMIA & TECNOLOGIA

ISSN [impresso] 2238-4715

ISSN [on-line] 2238-1988

<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>
<http://www.ser.ufpr.br/ret>

ANÁLISE MENSAL

Maio de 2012

Editor:

João Basílio Pereima

Equipe Técnica:

Antonio Luiz Costa Gomes

Ricardo Nascimento

Ronald Conceição

Queda de juros: marketing ou realidade?

Caminhando para o Pleno Emprego

Este encarte é disponibilizado para *download* gratuito no endereço <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Ciência, Tecnologia
e Ensino Superior

TECPAR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ

Apresentação

A **Análise Mensal** é uma publicação realizada pela equipe técnica da *Revista Economia & Tecnologia* (RET) e a partir do mês de janeiro/2012, substitui o então divulgado **Informativo Mensal**. A **Análise Mensal** é publicada toda última semana de cada mês e também estará disponível em formato digital para *download* no endereço <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>.

O objetivo da **Análise Mensal** é tratar de dois temas relevantes de conjuntura macroeconômica que estejam em evidência nas agendas nacional e internacional. Todo o conteúdo é debatido e escrito coletivamente pela equipe técnica da RET, sendo que as opiniões emitidas são de responsabilidade do Editor.

Nesta edição de maio de 2012 abordamos dois temas importantes para o Brasil, cujas transformações estão rompendo barreiras históricas. O primeiro tema tratará da recente queda de juros, que por enquanto, tem sido mais marketing do que realidade. Mas o movimento está apenas começando. O Brasil será, enfim, uma economia capitalista onde a taxa de juros, especialmente na ponta do consumidor, será um preço do dinheiro compatível com o que se pratica no resto do mundo? O segundo tema, um pouco encoberto pelas tempestuosas nuvens cinzentas que atormentam o mercado financeiro internacional e em especial a zona do Euro e EUA, é a aproximação da economia brasileira de uma situação de pleno emprego *produtivo*. De acordo com nossa análise, o país caminha rapidamente para uma situação de pleno emprego, a qual já se manifesta em vários setores da atividade econômica. O cenário de pleno emprego, uma realidade ainda desconhecida da população, empresas e governo, irá exigir um outro modelo de crescimento que não apenas baseado em acumulação de capital físico e trabalho. Tarefa para qual o país, com uma política educacional e tecnológica inadequada ou tímida, está mal aparelhado para realizar.

Boa Leitura!

João Basílio Pereima

Editor (E-mail: ret@ufpr.br)

Chamada de Artigos Brasil: Rumo ao Pleno Emprego

A Revista de Economia e Tecnologia (RET), editada na UFPR, estará debatendo em seus dois próximos números, (vol 8, nº 2 e 3), a serem publicados em junho e setembro de 2012, o tema do **pleno emprego** com a organização do simpósio **“Brasil: Rumo ao Pleno Emprego”**. A revista é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) da UFPR em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná (SETI) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR).

Na condição de editor da revista convidamos professores e pesquisadores a submeterem artigo abordando o tema sob a perspectiva que considerar mais adequada. O artigo poderá conter até 15 páginas em fonte 12, espaço 1,5 e poderá ser enviado para o email ret@ufpr.br. Os artigos selecionados serão publicados conforme segue:

- Enviados até o dia 25/06 - publicação no Vol 8, nº2 , junho/2012
- Enviados até o dia 25/08 - publicação no Vol 8, nº3 , setembro/2012

Julgamos o tema oportuno, pois o Brasil parece estar se aproximando nos próximos anos, se continuar crescendo, de uma situação que a teoria econômica chamaria de pleno emprego, com a criação de aproximadamente 2 milhões de empregos anuais nos anos recentes. Se esta tendência se consolidar nos próximos anos, novas relações trabalhistas, novas pressões inflacionárias e um novo modelo de crescimento baseado em inovação e não mais em acumulação de capital será necessário. O fato é que o pleno emprego é uma situação conhecida apenas teoricamente, tanto pelo trabalhador, quanto pelo empresário e pelo governo e cujas implicações vão além e atingem o sistema previdenciário entre outros diversos efeitos.

Mais informação sobre a RET pode ser obtida pelo email ret@ufpr.br.

Visite também o site da RET: www.economiaetecnologia.ufpr.br.

Desde já agradecemos o interesse.

João Basilio Pereima

Universidade Federal do Paraná

Editor

Queda de juros: marketing ou realidade?

Dando continuidade à estratégia de reduzir *estruturalmente* a taxa de juros do Brasil para níveis decentes, o governo disparou em maio corrente mais dois duros e precisos golpes, o primeiro destinado a criar mais espaço para a redução da taxa básica com que opera a política monetária, o segundo para reduzir a taxa de juros na ponta do tomador com que operam consumidores e empresas. O primeiro golpe começou quando o Banco do Brasil anunciou um pacote de redução de juros finais no dia 04 de abril, seguido pelo pacote da Caixa Econômica em 09 de abril, com novas rodadas de redução ainda em curso. O segundo golpe entrou em vigor no dia 04 de maio e alterou as regras de remuneração da caderneta mantendo travado para cima o rendimento da poupança em 6%aa nominal, mas flexibilizando para baixo com 70% da Selic quando esta ficar igual ou cair para menos 8,5%aa. Esperamos, não parem por aí.

Se o segundo golpe atingiu o baço da economia retirando a força primitiva da taxa básica dos juros, o primeiro foi um bem colocado golpe no maxilar do mercado financeiro, daqueles que só o lendário Mohamed Ali sabia encaixar. Ainda tontos, os bancos privados estão tentando assimilar os golpes, especialmente o primeiro, que teve como virtude por em cheque os conceitos e hábitos de se cobrar taxas de juros inimagináveis no Brasil. Num primeiro momento, como mostraremos, o mercado privado tem reagido de forma aparentemente irracional com movimentos desencontrados nas taxas de juros de diversos segmentos, inclusive aumentando em alguns casos. Como é comum em momentos de mudança estrutural, há profusão de argumentos e razões para não baixar juros alguns dos quais abordaremos a seguir.

O efeito imediato do primeiro golpe pode ser observado na tabela 01 a seguir, onde são mostradas as taxas de juros nominais anuais para vários segmentos de mercado e diferentes instituições financeiras, públicas e privadas. Como se verá, considerados os ajustes até o dia 09/05, nem tudo que se diz, é!

Como é possível observar, há grandes diferenças até mesmo entre os bancos públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica, o que denota que os movimentos não estão bem coordenados. As taxas de juros apresentadas são as posições médias semanais das operações de cada banco tomadas no dia 15/02, antes das duas mudanças, e 09/05, algumas semanas depois das medidas anunciadas. A data de 15/02, recuou um pouco mais aquém de 30 dias para

minimizar a influência de expectativas futuras no comportamento precificador das instituições bancárias, especialmente as públicas.

Tabela 01. Taxas de Juros por Banco e Modalidade (%aa)
Divulgação em 15/02/2012* e 09/05/2012**

Modalidade	Itaú-Unibanco		Bradesco		Santander	
	15/02	09/05	15/02	09/05	15/02	09/05
Pessoa física						
Cheque Especial	177,27	173,32	174,83	173,92	223,56	224,98
Crédito Pessoal	68,81	54,11	81,23	71,15	51,28	54,65
Aquisição veículos	24,60	20,84	22,42	21,56	21,41	22,85
Aquisição Bens	-	-	46,27	49,02	25,05	41,25
Pessoa jurídica						
Desconto de Duplicatas	42,58	40,92	49,71	47,30	39,94	38,16
Capital Giro Prefixado	26,97	23,43	33,70	31,22	25,64	25,64
Conta Garantida	138,18	134,22	52,16	55,91	157,76	153,50
Aquisição Bens	23,29	19,84	23,29	21,84	18,86	19,28
Capital Giro Flutuante	18,58	16,63	15,94	13,76	13,49	14,71
Modalidade	HSBC		Banco do Brasil		Caixa Econômica	
	15/02	09/05	15/02	09/05	15/02	09/05
Pessoa física						
Cheque Especial	212,48	218,67	171,22	166,76	152,10	66,12
Crédito Pessoal	67,07	67,46	35,75	35,12	33,55	27,42
Aquisição veículos	21,13	17,74	21,41	18,30	23,29	24,31
Aquisição Bens	61,96	69,59	28,78	25,49	93,61	105,13
Pessoa jurídica						
Desc. Duplicatas	38,64	37,99	32,15	28,17	33,39	30,15
Capital Giro Prefixado	26,82	28,48	21,13	19,70	24,02	14,03
Conta Garantida	187,52	184,07	94,93	81,03	-	-
Aquisição Bens	20,13	20,56	19,70	20,70	9,77	12,28
Capital Giro Flutuante	15,80	12,55	14,16	16,90	15,12	15,53

Fonte: Banco Central do Brasil.

* Média das operações do período de 09/02/2012 à 15/02/2012.

** Média das operações do período de 03/05/2012 à 09/05/2012.

Até o momento, em geral, a redução (as mais acentuadas em azul) foi feita de forma tímida por parte dos bancos, tanto públicos quanto privados. As reduções realmente relevantes ocorreram por parte da Caixa Econômica Federal nas modalidades de cheque especial à pessoa física com redução de 152,10%aa para 66,12%aa, uma queda de impressionantes 86 pontos percentuais e Capital de Giro Prefixado com redução de 24,02%aa para 14,03%aa entre 15/02 e 09/05. Quedas significativas, mas isoladas. Pelo restante dos dados da tabela 01 vemos que, tanto bancos públicos quanto privados, ainda não realizaram as reduções esperadas e *anunciadas* em suas principais modalidades de crédito e em geral a queda de juros não é generalizada entre os segmentos, nem entre os bancos. *O que se observa em geral é muito barulho e marketing e pouca mudança.*

Dado o curto período de tempo entre as medidas, entende-se que algumas taxas de juros ainda não tenham caído e o mercado esteja tentando achar o equilíbrio em relação a concorrência.

O difícil de entender é o que aconteceu com as taxas de juros do Santander e HSBC que aumentaram no período chegando mesmo a quase dobrar no caso de Aquisição de Bens de pessoas físicas, que passou de 25,05%aa para 41,25%aa, bem como é difícil explicar ainda o aumento de aquisições de veículos e bens na Caixa Econômica, que entre os bancos públicos é quem mais agressivamente estaria reduzindo os juros.

Uma das explicações para que as taxas não tenham caído significativamente em todos os segmentos e carteiras é que os bancos precisam de tempo para “casar” suas estratégias e carteiras de captação e aplicação. Muitas operações de empréstimos em andamento estão lastreadas em captações que ainda não incorporaram totalmente a tendência de baixa dos juros. Mas isso não elimina de todo o altíssimo custo do cheque especial, crédito pessoal e conta garantida. Não há custo de captação que justifique tais taxas.

As justificativas utilizadas pelos bancos para cobranças de altos *spreads* tem sido em primeiro plano o custo da inadimplência e em segundo a cobrança de impostos. No entanto um conhecido estudo do Banco Central realizado em 2011¹ mostra que o principal componente do *spread* é a margem de lucro antes dos impostos a qual representou em 2010 mais da metade do *spread* com 54,62% (tabela 02).

Tabela 02. Decomposição do *spread* prefixado

Componente	2007	2008	2009	2010
<i>Spred</i> total	100,00	100,00	100,00	100,00
Custo Administrativo	15,15	10,16	14,25	12,56
Inadimplência	28,42	26,71	30,59	28,74
Compulsório, Subsídios, Encargos e FGC ⁽¹⁾	6,45	5,23	5,26	4,08
Margem Bruta, Erros e Omissões	46,98	57,9	49,91	54,62
Impostos Diretos	16,04	23,2	19,97	21,89
Margem Líquida, Erros e Omissões	30,95	34,69	29,94	32,73

Fonte: Banco Central:

Nota: ⁽¹⁾ Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

¹ Banco Central do Brasil, 2010. Relatório de Economia Bancária e Crédito, disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/REBC2010.pdf>.

A metodologia do Banco Central não cobre a carteira completa das operações dos bancos e não inclui, por exemplo, crédito direcionado, imobiliário e outros. Isto não inviabiliza o cálculo, como querem alguns analistas, e demonstra que nos segmentos de crédito livre, onde o poder de discriminação de preços do setor é maior, o *spread* é realmente exorbitante. Há, portanto, muito espaço para baixar os juros, sem comprometer a viabilidade do negócio bancário, especialmente nos segmentos de crédito livre.

Os altos *spreads* em geral são justificados como sendo consequência de alta inadimplência e impostos. Os bancos argumentam com frequência que o custo da inadimplência é muito grande no Brasil e que este é um dos fatores que encarece o crédito, na medida em que o risco de crédito é incorporado no *spread*. No entanto o receio de aumento da inadimplência, não é plausível, pelo menos até o momento presente.

Tabela 03. Operações de crédito por níveis de risco (Março de 2012*)

Segmento	R\$ milhões	Níveis de risco %								
		AA	A	B	C	D	E	F	G	H
Setor privado										
Saldo do mês anterior	1.954.849	22,1	43,2	17,2	9,1	2,6	1,0	0,8	0,6	3,3
Saldo do mês atual *	1.984.994	22,6	43,3	16,9	9,0	2,5	1,0	0,8	0,6	3,2
Indústria		sub-total		82,6						
Saldo do mês anterior	412.272	43,2	29,6	15,9	6,0	2,3	0,7	0,5	0,4	1,4
Saldo do mês atual	420.213	43,1	29,8	16,3	5,6	2,1	0,8	0,4	0,4	1,4
Habitação										
Saldo do mês anterior	210 674	13,2	50,7	13,3	17,2	1,0	0,4	0,3	0,3	3,4
Saldo do mês atual	216 865	13,0	51,7	13,0	16,8	1,0	0,4	0,3	0,3	3,3
Rural										
Saldo do mês anterior	141 813	20,8	23,9	35,4	11,4	3,4	0,9	0,7	0,5	3,0
Saldo do mês atual	143 813	20,6	24,6	35,5	11,1	3,2	0,9	0,6	0,5	3,0
Comércio										
Saldo do mês anterior	203 885	28,2	32,3	19,3	9,9	3,8	1,0	1,1	0,7	3,6
Saldo do mês atual	207 271	29,0	32,0	19,3	9,9	3,6	1,1	1,0	0,7	3,4
Pessoas físicas										
Saldo do mês anterior	641 967	3,3	65,3	12,3	7,8	2,5	1,4	1,2	1,0	5,2
Saldo do mês atual	645 109	4,3	65,3	11,1	8,0	2,5	1,4	1,2	1,0	5,1
Outros serviços										
Saldo do mês anterior	344 237	34,4	28,3	21,9	8,7	2,8	1,0	0,6	0,4	1,9
Saldo do mês atual	351 723	34,7	28,2	21,8	8,7	2,7	1,0	0,6	0,4	1,9

Fonte: Banco Central do Brasil. *Dados preliminares

Uma análise dos dados sobre risco de crédito revela que o risco é muito baixo e se mantém estável, conforme mostrado na tabela 02. A tabela mostra apenas o mês de março, no entanto não houve mudanças significativas se

comparadas com períodos anteriores nos últimos 12 meses e as variações entre o mês de fevereiro e março de 2012 são praticamente nulas, em que pese o curto período de tempo. Outra informação importante revelada pela tabela 02 é o fato de que 82,6% das operações de crédito do setor privado que totalizaram R\$ 1,984 trilhões, estão concentradas em operações de baixo risco, classificadas entre AA, A, B. Na tabela 03 se observa que no crédito concedido ao setor privado, 65,9%, estão nas classificações de risco nível AA e A e 25,9% estão nas classificações de risco B e C. Na indústria 72,8% estão nos níveis AA e A, 21,9% estão nos níveis B e C, e no crédito concedido a pessoa física 69,6% estão nos níveis AA e A e 19,1% estão nos níveis B e C. Os dados nos mostram que no setor privado como um todo 95,8% do crédito concedido é pago com até 60 dias de atraso (até risco C). No crédito à pessoa física esse número é 94,7%. Temos aqui que mais de 90% do crédito concedido no Brasil ao setor privado, é concedido à bons pagadores, ou seja, isso contradiz o valor cobrado nos juros da taxa de inadimplência pelos bancos, e que como vimos corresponde a mais de ¼ do spread total.

O temor de que o sistema bancário, ou a indústria bancária, não vá suportar a redução de juros não se sustenta. Se ela consegue operar com menores taxas de juros no resto do mundo, porque não o faria aqui no Brasil? Afinal de contas, o que o capitalismo brasileiro tem de tão diferente que outros sistemas capitalistas? Se Mohamed Ali aguentou 12 assaltos com o maxilar quebrado na luta com Ken Norton em 1973, porque o capitalismo financeiro brasileiro não é capaz de suportar dois ou três golpes nas altas margens de lucros do sistema financeiro? Esta é uma resposta que o tempo vai nos dar.

Caminhando para o Pleno Emprego

O ciclo de crescimento econômico iniciado em 2004 teve como uma das consequências aproximar a economia brasileira, pela primeira vez em sua história, de uma situação de *pleno emprego*. Embora haja um contingente muito grande de população ainda não absorvido pela economia formal e vivendo em situação de pobreza, há também uma dificuldade crescente do setor produtivo em encontrar oferta de trabalho qualificado em diversos setores da economia. Setores com baixa produtividade da mão-de-obra, como construção civil, não conseguem preencher a demanda, refletindo-se em aumentos salariais, fenômeno que se repete em outros setores, especialmente com mão de obra qualificada. Uma tal proximidade do pleno emprego já está mudando as relações salariais numa economia capitalista que desde sempre foi altamente concentradora de renda, geradora de altíssimas taxas de lucros com crescimento econômico baseado em regime *profit-led* (puxado por lucros). O aumento real de rendimentos do trabalho em 40% desde 2003 é um sintoma que como o capitalismo brasileiro é viciado em altos lucros e possui uma grande margem para absorver aumentos de salários. E mais ainda, que este aumento de salários foi uma das bases de sustentação do crescimento recente, puxado pela demanda (*wage-led*).

Apesar da crise de 2008 e sua segunda fase recessiva de 2012 mudar o cenário conjuntural brasileiro para baixo crescimento, estes dois episódios não encobrem uma mudança até certo ponto estrutural do mercado de trabalho que é a aproximação do pleno emprego.

O rol de evidências positivas que favorecem a tese do pleno emprego gira em torno, essencialmente, i) da redução sistemática do crescimento da taxa geométrica da população; ii) do aumento significativo da população ocupada nas regiões metropolitanas; iii) do aumento do rendimento médio efetivo do trabalhador.

O cálculo da taxa de desemprego ou sua contrapartida do pleno emprego requer alguns cuidados metodológicos, pois a medida de desemprego pode variar conforme o conceito utilizado. Mas em geral todas as formas de cálculo de desemprego apontam significativa queda especialmente desde 2004. Também deve-se levar em conta a diferença entre o setor formal e a imensa população sub-empregada no setor informal. Em geral assumimos que é possível haver pleno emprego *produtivo*, quando as empresas não conseguem

contratar porque não existe mão-de-obra na quantidade e qualidade desejada, e ao mesmo tempo haver desemprego *social* quando um grande contingente de pessoas não consegue acessar o mercado de trabalho e ofertar mão de obra por limitações de conhecimento e destreza. Uma das críticas recorrentes para a hipótese do pleno emprego reside no fato de que o mercado de trabalho no país é marcado por alto nível de informalidade, baixos salários e empregos precários; de fato, existe atualmente exército de mão-de-obra disfarçado em formas diversas de sub-emprego, jornadas de trabalho parciais e executadas, em grande parte, em funções de serviços terceirizados. Por outro lado, reforçando a hipótese do pleno emprego, existe a escassez de mão-de-obra qualificada, o que faz persistir a baixa competitividade e fraca eficiência das empresas brasileiras. O mercado de trabalho não é homogêneo e a mobilidade de mão-de-obra no curto ou médio prazo é muito baixa. Educação, qualificação e maior grau de mobilidade, consomem um tempo que só o longo prazo é capaz de prover e cuja métrica não é em anos, mas talvez em décadas.

As evidências de que o Brasil caminha para o pleno emprego podem ser vistas na tabela 04.

Tabela 04. População, Emprego e Crescimento no Brasil

Anos	População (% a.a.)	PEA ¹ (% a.a.)	Pessoal Ocupado ²	Taxa de Desemprego ³	PIB (% a.a.)
1992	1,63	-	15.269	-	-0,47
1993	1,60	1,47	15.354	-	4,67
1994	1,58	-	15.897	-	5,33
1995	1,55	4,65	16.214	-	4,42
1996	1,53	-0,67	16.509	-	2,15
1997	1,51	2,95	16.415	-	3,38
1998	1,50	2,30	16.409	-	0,04
1999	1,49	5,40	16.585	-	0,25
2000	1,49	censo	17.318	-	4,31
2001	1,47	4,09	17.430	-	1,31
2002	1,43	3,33	18.147	10,5	2,66
2003	1,37	1,93	18.944	10,9	1,15
2004	1,31	2,72	19.526	9,6	5,71
2005	1,25	2,92	19.928	8,3	3,16
2006	1,18	1,14	20.362	8,4	3,96
2007	1,11	1,33	20.882	7,4	6,09
2008	1,05	1,71	21.507	6,8	5,17
2009	0,98	2,20	21.815	6,8	-0,33
2010	0,92	censo	22.450	5,3	7,53
2011	0,86	-	22.734	4,7	2,73
Acum. 1993-2011	28,4%	-	48,9%	-	86,3%

Fonte: elaborado a partir de dados do IBGE.

Nota: ⁽¹⁾População Economicamente Ativa (PEA), com base na PNAD. Nos anos em que há censo a PNAD não é realizada. ⁽²⁾Pessoal Ocupado nas Regiões Metropolitanas. ⁽³⁾Taxa de Desemprego verificado no mês de dezembro nas Regiões Metropolitanas [nova metodologia da PME/IBGE, implantada a partir de 2002].

Enquanto a taxa de crescimento populacional e a taxa de crescimento da PEA estão diminuindo ao longo do tempo, o número de pessoal ocupado está aumentando e a taxa de desemprego diminuindo. Ao longo de 19 anos (1993-2011) a variação acumulada da população é 28,4% enquanto que do pessoal ocupado foi de 48,9% e do PIB 86,3%. Esta diferença claramente revela um movimento duradouro de crescimento do emprego bem acima do crescimento populacional impulsionado pelo crescimento do PIB.

Sinais de pleno emprego, ou de aproximação de tal realidade, também aparecem no comportamento dos salários, os quais têm aumentado em termos reais e de forma contínua na última década. Há na teoria econômica do trabalho duas abordagens para as relações entre crescimento, emprego e remuneração do trabalho. A abordagem dualista de *Arthur Lewis* (1954) e Harris e Todaro (1970)² e a abordagem chamada *job search*³. A abordagem dualista opera no longo prazo e considera que enquanto o setor atrasado da economia for grande a expansão econômica do setor desenvolvido poderá absorver mão de obra pagando um salário relativamente baixo, superior a ponto de atrair trabalhadores mas próximo ao salário vigente no setor atrasado, ou do setor informal, suficiente para garantir altos lucros. Os salários são baixos e constantes, mesmo no setor desenvolvido. O problema da mobilidade de mão de obra entre os setores não é um entrave, pois as mudanças ocorrem num intervalo de tempo suficientemente grande para haver adaptação da mão de obra atrasada às exigências do setor desenvolvido. Os salários começariam a subir somente quando a oferta de mão de obra deixa de ser ilimitada. Por outro lado, a teoria de baseada em mecanismo de mercado de trabalho do tipo *job-search* explora a dinâmica do mercado de trabalho como uma busca de melhores resultados em termos de trabalho, remuneração e lazer onde interagem ofertantes (trabalhadores) e demandantes (firmas) em ambiente de incerteza. Segundo a abordagem *job-search* o mecanismo de busca e decisão dos agentes, trabalhadores e firmas, não é perfeito e diferentes níveis de salários e desemprego podem emergir das relações de mercado, especialmente se o mercado de trabalho for, de alguma forma, segmentado.

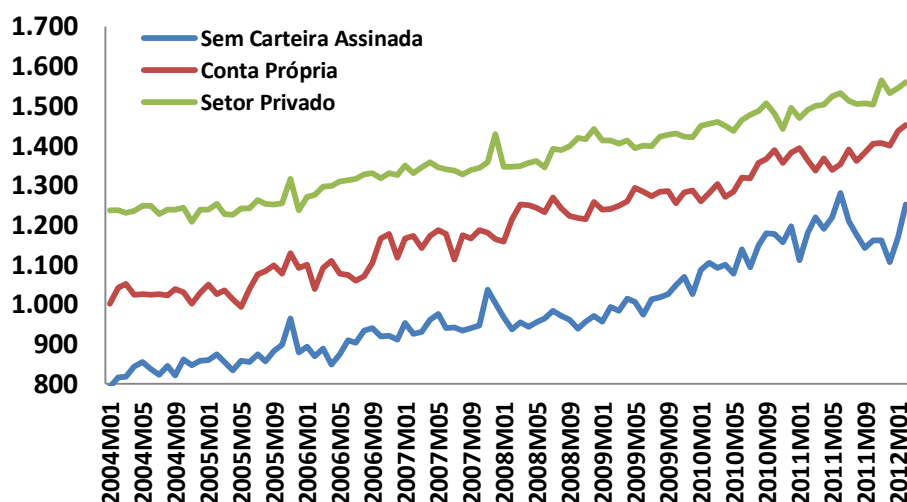
Em um trabalho publicado em 2011 intitulado *Expansão Econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através*

² HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *American Economic Review*, v. 60, p. 126-142, 1970.

³ Um bom resumo desta literatura encontra-se em Kiefer, Nicholas M. & Neumann, George R. (1989), *Search models and applied labor economics*, Cambridge-USA: Cambridge University Press.

das contratações, Corseuil e Foguel⁴, usando a teoria baseada em *search models* (mecanismos de buscas) fornecem evidências empíricas de que o mercado formal, não necessariamente o mercado de trabalho ligado ao setor desenvolvido da economia, mas apenas o setor formal indistintamente, durante um ciclo expansionista, se alimenta primeiro de trabalhadores oriundos do grupo de desempregados e somente numa segunda fase de trabalhadores oriundos do grupo de trabalhadores informais. A razão se deve ao fato de que trabalhadores desempregados possuem salário de reserva menor que os trabalhadores informais, os quais bem ou mal possuem alguma renda. Daí a preferência das empresas por desempregados ao invés de trabalhadores informais. Assim, espera-se que quando o estoque de mão de obra desempregada for suficientemente baixo a demanda de mão de obra atingirá o setor informal e os rendimentos e salários começarão a aumentar ali. De fato, de acordo com o Boletim de Mercado de Trabalho do IPEA⁵, as estatísticas do setor informal de trabalho no Brasil apontam para uma sistemática elevação dos rendimentos do setor informal, cujos rendimentos reais efetivos subiram 40% em termos reais de R\$816,46 em 2003 para R\$ 1.140,59 em novembro de 2011 (IPEA, tabela V.4, p A26). Ao mesmo tempo houve uma redução no índice de informalidade de 58% em 1999 (IPEA, gráfico 7, p 37) para menos de 35% em 2011 (IPEA, gráfico 6, p. 20). A elevação real dos rendimentos do trabalho desagrupados são mostrados no gráfico 01, o qual mostra um aumento generalizado de rendimentos.

Gráfico 01. Rendimento Médio Efetivo do Trabalhador (2004-2011)



Fonte: elaborado a partir de dados da PME/IBGE.

⁴ IPEA, Texto de Discussão nº 1571, disponível em:

http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/TDs/td_1571.pdf

⁵ IPEA, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, ano 17, fevereiro de 2012, disponível em:

http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt50_completo.pdf

A caracterização do pleno emprego não é uma tarefa trivial para economia, e, por incrível que pareça, ainda não dispomos de um indicador suficientemente claro que indique que uma economia chegou ou não no pleno emprego. A taxa de desemprego, embora sirva à muitos propósitos, é a melhor aproximação, mas é uma informação incompleta. Em geral afirmações do tipo “a economia está em pleno emprego” é feita a partir de impressões gerais ou conclusões subjetivas, mais que objetivas. Em geral a constatação de pleno emprego é feita com utilização simultânea de vários indicadores do mercado de trabalho, como foi realizado na análise acima. Todos indicando na mesma direção no Brasil, caso a economia continue crescendo num ritmo de 4 a 5%aa nos próximos períodos.

E se o pleno emprego é uma realidade próxima para sociedade brasileira, como afirmamos que o seja, então o país ingressará uma nova fase da dinâmica econômica até o momento desconhecida tanto pelas empregas, quanto pelos trabalhadores e governo. Apenas sabemos o que é pleno emprego no Brasil por estudo da teoria econômica e sociológica, na prática desconhece o que seja pleno emprego e a sociedade como um todo não está preparada para isso, muito menos as políticas públicas. Uma das grandes questões que serão levantadas doravante é o modelo de crescimento brasileiro, até o momento sustentado por acumulação de capital pura e simples, isto é, ampliação do estoque de capital físico e trabalho. No pleno emprego, a única forma de crescimento da renda per capita é via progresso tecnológico e a política educacional e tecnológica do país neste ponto, comparativamente está não apenas atrás do resto do mundo, como está muito aquém das novas realidades que se aproximam com velocidade. Neste aspecto, especialmente o educacional, o país está atrasado em relação a si mesmo. Neste novo cenário, políticas macroeconômicas tradicionais têm pouco a oferecer, senão garantir estabilidade de preços, câmbio e do sistema financeiro.
